



XVIII Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.
Extensão Universitária: Transformando Realidades e Construindo Esperança.
De 18 a 26 de março de 2025.
Campina Grande, Patos, Sousa, Pombal, Cuité, Sumé e Cajazeiras, PB – Brasil.

PROCESSOS ORGANIZATIVOS E APOIO À SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE CAMPINA GRANDE (PB)

Karoline Pereira Simões¹, Isabell Cristina dos Santos Kirchmayr², Ivina Vitória Cunha de Oliveira³, Keyte Gabrielle Macena Ribeiro⁴, Maria Monaliza Gabriel Silva⁵, Júlia França Nóbrega⁶, Maria Valquíria Nogueira do Nascimento⁷, psicologajulianobrega@gmail.com e maria.valquiria@professor.ufcg.edu.br

RESUMO: A População em Situação de Rua é caracterizada pela pobreza extrema, laços familiares fragilizados e falta de moradia regular. O NUCS, em parceria com o Consultório na Rua de Campina Grande (PB), desenvolveu um projeto focado em saúde mental e organização social, fundamentado na psicologia da libertação e na educação popular. A iniciativa promoveu espaços de escuta e acolhimento, resultando na imersão de quatro estudantes na realidade dessa população.

Palavras-chaves: População em Situação de Rua, Psicologia, Saúde Mental, Educação Popular.

1. INTRODUÇÃO:

A População em Situação de Rua (PSR), é caracterizada pelo Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) como um:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009).

O Movimento Nacional de População de Rua (MNPDR), se originou no Brasil ainda em 2004, com seu lema pautado na frase: “Nada sobre nós, sem nós!”. Foi mediante a organização política dessa população, frente às inúmeras injustiças sociais e negligências estatais, no que se refere ao acesso aos direitos básicos, que a PNPSR se configura (Conselho Federal de Psicologia, 2015). Nesse sentido, a criação da política ocupa um lugar fundamental no que se refere ao fortalecimento político e organizativo do movimento, configurando-se no reconhecimento identitário desses indivíduos enquanto sujeitos de direito (Melo, 2015 apud Sicari & Zanella, 2020).

De acordo com o Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no ano de 2015, da pesquisa nacional sobre as pessoas em situação de rua foi possível identificar que a grande maioria desta população é composta por homens negros. Além disso, são indivíduos que, em sua maioria, não possuem um vínculo empregatício junto ao mercado formal, possuindo como principal fonte de renda as atividades voltadas à informalidade. No que se refere à educação, a maioria é alfabetizada, no entanto, apenas uma pequena parcela frequentou a escola. Foi identificado que parte desta população não possui acesso a nenhum tipo de documentação, bem como possuem algum problema no que se refere à saúde.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS), ao reconhecer a heterogeneidade da população em situação de rua e suas profundas vulnerabilidades sociais e econômicas, propôs e executou este projeto. A extensão contou com a parceria da equipe do Consultório na Rua do município.

A falta de moradia fixa, o acesso limitado a serviços básicos e a exposição a situações de violência e discriminação são desafios enfrentados por essa

¹ Estudante de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

² Estudante de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

³ Estudante de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁴ Estudante de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁵ Psicóloga, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁶ Psicóloga, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁷ Coordenadora e Orientadora, Professora, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

população. Mediante essa realidade, o projeto visou promover a saúde mental de pessoas em situação de rua através de ações que valorizavam a experiência e a voz dos participantes, promoviam a construção de redes de apoio e gerou conhecimento sobre as especificidades desse grupo social. O objetivo principal proposto foi o de fomentar processos organizativos e ações de saúde mental junto à População em Situação de Rua de Campina Grande (PB). Nesse sentido, o projeto surge como uma forma de estimular a organização desse grupo populacional, na perspectiva de viabilizar estratégias de autonomia e fortalecimento comunitário.

2. METODOLOGIA

Os princípios metodológicos que orientam essa proposta estão fundamentados nos pressupostos da educação popular, pautados na ação humana enquanto possibilidade de provocar o desenvolvimento de processos educativos dialógicos que potencializam a capacidade criativa, crítica e reflexiva de todas as pessoas envolvidas no projeto. Partimos do pressuposto de que ações sócio-comunitárias não são efetuadas de maneira isolada ou por via unicamente técnica, mas sim constituindo-se num convite à ação e ao aprendizado conjunto numa relação de horizontalidade que contribui para o fortalecimento das pessoas e organizações envolvidas.

A perspectiva adotada na ação extensionista foi a relação integrativa entre saber popular e científico, construindo um enriquecimento mútuo e constante para ambos, tendo a realidade concreta como mediadora. Desse modo, objetivou-se partir das necessidades da População em Situação de Rua estimular a corresponsabilidade na busca de alternativas para as experiências de sofrimento psíquico e para a promoção de emancipação enquanto potência de agir diante da vida, visando incentivar processos de autonomia.

Tal concepção implicou na adoção de metodologias participativas que agreguem a dialogicidade às práticas sócio-comunitárias, que pressupõem uma ação dialética-dialógica-libertadora construída de modo compartilhado entre os coletivos. Significa romper com as formas de agir em saúde centradas no saber profissional para dar lugar a propostas que valorizam os saberes e as potencialidades dos grupos.

De acordo com Nascimento e Oliveira (2020), dentre as diversas perspectivas metodológicas que buscam a promoção de processos participativos comunitários, algumas ferramentas destacam-se, a saber: o planejamento participativo e os círculos de cultura, fomentados por Paulo Freire. Na prática, as ferramentas grupais realizadas em nossas intervenções foram baseadas nas demandas e necessidades discutidas com a população. Em termos operacionais, as ações extensionistas aconteceram a partir das seguintes etapas:

a) Mapeamento do território e identificação das (os) participantes para iniciar a organização do trabalho;

b) planejamento participativo: promoção de uma roda de conversa com as representantes do Consultório na Rua para apresentação e discussão da proposta, construção de vínculo com todos os participantes do projeto, estudantes e colaboradores, na

perspectiva de planejar conjuntamente as ações da extensão;

c) oficina de formação dos discentes e colaboradores do projeto nas ferramentas de Práticas Integrativas e Complementares Grupais em acolhimento individual: organização de uma formação para toda a equipe envolvida nas ações de extensão, a fim de que todos se apropriem dos pressupostos teórico-metodológicos das ferramentas grupais que serão implantadas ao longo do projeto, tais como: escuta, acolhimento, terapia comunitária, teatro, círculo de cultura, dentre outras.

d) construção de saberes científicos: esta etapa teve como finalidade a produção de artigos científicos e outros materiais para divulgação dos resultados do projeto, a partir dos relatos de experiências e vivências registrados nos diários de campo das práticas grupais, dos relatórios dos alunos bolsistas e colaboradores, dentre outros escritos produzidos durante as atividades desenvolvidas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto permitiu a inserção das quatro estudantes na realidade da população em situação de rua, possibilitando um vislumbre da prática profissional de uma Psicóloga Social. No decorrer do percurso, foi estimulado o desenvolvimento de habilidades referentes a práxis profissional.

Foi possível identificar a necessidade de ações que promovam a escuta ativa e a autonomia do público-alvo do projeto. A princípio, enfrentamos dificuldades em estabelecer vínculos com essa população, no entanto, ao longo do projeto foi possível perceber a importância da construção de relações de confiança e respeito mútuo.

Foi-se observado a escassez de materiais acadêmicos/científicos que versem sobre a temática deste projeto. Por fim, a experiência nos mostrou a relevância de uma abordagem que valorize a participação dos indivíduos, em consonância com os princípios da psicologia da libertação.

4. CONCLUSÃO

A invisibilidade da população em situação de rua é um reflexo da forma como a sociedade construiu a imagem desse grupo. A escassez de literatura e de dados sobre essa temática contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes. Ao tornar essa população invisível, a sociedade nega seus direitos e a impede de participar ativamente da construção de um futuro mais justo e igualitário.

O projeto 'Processos Organizativos e Apoio à Saúde Mental da População em Situação de Rua de Campina Grande (PB)' demonstrou a importância de ações que promovam a inclusão social e o bem-estar dessa população em consonância com os objetivos de redução das desigualdades presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030. Através de uma abordagem participativa e em parceria com instituições locais, foi possível fortalecer os vínculos sociais, promover a saúde mental e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os resultados obtidos evidenciam a necessidade de investir em políticas públicas que garantam os direitos dessa população e a importância de ações que promovam a sua autonomia. No entanto, a complexidade da questão social e a escassez de recursos exigem um esforço contínuo e articulado entre diversos atores sociais. A experiência do projeto sinaliza a necessidade de fortalecer as redes de apoio, ampliar o acesso a serviços especializados e promover a participação ativa da população em situação de rua na construção de políticas públicas que atendam às suas demandas específicas. Além disso, a pesquisa acadêmica sobre essa temática deve ser incentivada, a fim de gerar mais conhecimento e embasar a formulação de políticas públicas mais eficazes.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Escutatória. Disponível em: <https://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/escutatoria.html>.

BARÓ, I. M. O papel do psicólogo e a psicologia da libertação. In: ZEMELMAN, E. S. (Org.). Temas de psicologia da libertação. São Paulo: Cortez, 1996. p. 7-27.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

Brasil. Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 3.

GÓIS, Cézar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. Universitas: Ciências da Saúde, Brasília, v. 1, p. 277-297, 2003.

Conselho Nacional do Ministério Público. Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília: CNMP, 2015. 141 p. il. (Coleção: Guia de Atuação Ministerial e Ação Nacional em defesa dos Direitos Fundamentais; nº [número, se houver]). ISBN 978-85-67311-30-2.

Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), organizador. (2015). A psicologia e a população em situação de rua: Novas propostas, velhos desafios. Belo Horizonte: CRP 04.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição. Pereira, M. E. C. (2004).

SANTOS, MATHEUS RIOS SILVA; DANTAS, CANDIDA MARIA BEZERRA. O movimento nacional da população em situação de rua no nordeste: considerações sobre organizações e fortalecimento. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 23, n. 58, p. 574-591, 2023.

Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2020). Movimento Nacional de População de Rua: A complexa luta por direitos. Psicologia em Revista, 26(3), 1058-1079.

SCHWEITZER, L.; SCHMITT, A. A. População em situação de rua e trabalho: relato de experiência. ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 7, n. 1, p. 103–111, 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao Consultório na Rua (CnR) e ao Centro de Referência Especializado para População de rua (Centro POP) pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 002/2024 PROBEX/UFCG.